

# TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DA ERVA-MATE NA FRONTEIRA SUL DE MATO GROSSO DO SUL

## TRAJECTOIRE DE LA PRODUCTION ET DE COMMERCIALISATION DU MATÉ SUR LA FRONTIERE SUD DU MATO GROSSO DO SUL

**Reginaldo Peralta**

Mestre em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco  
rgperaltoso@hotmail.com

**Cleonice Alexandre Le Bourlegat**

Doutora em Geografia pela UNESP.  
Docente do Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco  
le-bourlegat@uol.com.br

### Resumo

O objetivo deste artigo foi apresentar e refletir a produção e comercialização da erva-mate, na fronteira Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, desde suas origens nas missões jesuíticas. A pesquisa que deu origem ao texto foi de natureza bibliográfica, documental e cartográfica, partindo-se de obras já consideradas clássicas na história da erva-mate em Mato Grosso do Sul, complementadas por teses e artigos científicos relacionados ao tema. O texto foi estruturado na abordagem histórica das formas de territorialidade produtiva associadas à comercialização da erva-mate desde a colonização espanhola junto às missões indígenas, passando pela grande empresa Companhia Mate-Laranja constituída logo após a Guerra contra o Paraguai. Termina por apresentar a reterritorialização dessa produção por meio de pequenas propriedades rurais, durante o Estado Novo preocupado com a segurança da faixa de fronteira nacional, vinculada a novas formas de comercialização.

**Palavras-chave:** Erva-mate. Territorialidade. Desenvolvimento local. Mato Grosso do Sul. Fronteira

### Résumé

L'objectif de cet article a été de présenter et réfléchir la production et commercialisation du maté, sur la frontière Sud de l'État du Mato Grosso do Sul, depuis ses origines dans les missions jésuites. Les recherches qui ont conduit au texte étaient plutôt bibliographique, documentaire et cartographique, à partir de travaux déjà considérés comme des classiques dans l'histoire du maté dans le Mato Grosso do Sul, complétée par des thèses et des articles scientifiques relatifs à ce thème. Le texte a été structuré dans l'approche historique des formes productives de territorialités associées à la commercialisation du maté, depuis l'époque coloniale espagnole le long des missions indigènes, en passant par grande entreprise Mate-Laranja. Il se termine en présentant la reterritorialisation de la production pendant l'État Nouveau, en vue de la sécurité de la bande de frontière nationale, liée à de nouvelles formes de commercialisation.

**Mots-clés:** maté, territorialité, développement local, Mato Grosso do Sul, frontière.

---

## Introdução

A faixa de fronteira brasileira, de um modo geral, ainda é vista como espaço longínquo e isolado do país, além de pouco competitivo do ponto de vista econômico e com dificuldades de coesão social, diante da tradicional vulnerabilidade de seus habitantes e das desigualdades sociais ali prevalentes. Um dos grandes desafios da política pública nacional tem sido o de suprir esse espaço de infraestrutura necessária e fortalecer as comunidades locais, levando-se em conta as peculiaridades da organização social e as características produtivas já existentes.

A erva-mate apresenta-se como uma produção tradicional do subespaço da fronteira brasileira, junto aos Estados brasileiros vizinhos da Bacia do Rio da Prata. Em Mato Grosso do Sul a atividade ervateira teve grande importância histórica na colonização de sua faixa fronteira junto aos limites com o Paraguai. Essa economia foi afetada pelas mudanças ocorridas durante a crise capitalista de 1929 e na década de 70, pela expansão da fronteira de modernização agrícola, como principalmente, pelo mercado internacional da erva-mate. Os estímulos de revigoração da atividade vêm se dando, especialmente por iniciativa dos países do MERCOSUL, do Ministério da Integração Nacional e dos Estados do CODESUL, diante de novos mercados abertos à erva-mate.

O presente artigo teve como objetivo a apresentação e reflexão a respeito da produção e comercialização manifestadas na atividade produtiva da erva-mate, na fronteira Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, do século XVII até os dias atuais. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, documental e cartográfica que teve origem na elaboração de uma dissertação de mestrado a respeito dessa atividade produtiva. Partiu-se de obras já consideradas clássicas na história da erva-mate em Mato Grosso do Sul, complementadas por teses e artigos científicos relacionados ao tema. Foram abordadas as formas de comercialização associadas a diferentes territorialidades expressas nas relações sociais, econômicas e políticas historicamente construídas, sejam das missões jesuíticas espanholas, da grande empresa ervateira do pós-guerra contra o Paraguai e das pequenas propriedades familiares na faixa de fronteira a partir do Estado Novo.

A territorialidade é entendida aqui como a manifestação da multidimensionalidade do vivido num processo e produto territorial, por meio de um sistema de relações produtivistas e ao mesmo tempo existenciais (RAFFESTIN, 1993). Os processos

interativos mantidos por meio dessas relações produtivistas e existenciais, mediados pelas relações com a natureza vêm constituindo o campo de forças desse território ervateiro, gerador de suas modificações e de produtos correspondentes.

As diferentes relações produtivas e existenciais de cada territorialidade que emergiram na trajetória histórica dessa fronteira Sul do atual Mato Grosso do Sul foram sempre mediatizadas por relações com atores comerciais que não faziam parte direta desse subespaço fronteiriço. As diferentes naturezas dessas relações comerciais também constituiu uma das importantes variáveis na origem e desmantelamento das relações produtivas e existenciais que marcaram as diferentes territorialidades vinculadas à erva-mate.

### **Produção e comercialização da erva-mate na territorialidade das missões jesuíticas**

A erva-mate é uma planta de porte arbóreo, perenifólia, nativa das áreas subtropicais da América do Sul. Manifesta-se principalmente nas áreas florestais do norte da Argentina, Paraguai e Uruguai e o sul da Bolívia e do Brasil, em altitudes variáveis entre 400 e 800 metros. Ocorre também em manchas isoladas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e está catalogada entre as plantas da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O termo “mate” deriva do quíchua *mati* e se refere à cuia, ou seja, ao recipiente em que o chá é bebido ou sorvido por um canudo (bomba). Os guaranis chamavam a erva-mate de *caá-i*, que significa água de erva saborosa (LESSA, 1953).

Na América do Sul, as nações indígenas guarani e quíchua (incas) já possuíam o costume de fazer infusão das folhas de erva-mate e permutá-las entre si, desde o período pré-colombiano (SALDANHA, 1986). Atribuíam a erva várias propriedades curativas, como aquelas de melhorar a imunidade, limpar e desintoxicar o sangue, restaurar a cor do cabelo, tonificar o sistema nervoso, combater a fadiga e reduzir os efeitos de doenças debilitantes, como também retardar o envelhecimento, eliminar a insônia (MAZUCHOWSKI & RUCKER, 1993).

Os espanhóis tiveram o primeiro contato com a bebida da erva preparada pelos nativos, em 1536, e foram os primeiros a comercializá-la. Domingos Martínez de Irala – governador de Assunção - e seus soldados, em 1554, no encontro com índios de Guairá, sentiram sensações de bem-estar ao provarem a bebida. Acabaram por retornar a Assunção com um carregamento de erva e passaram a comercializá-la. Em pouco tempo

tornou-se o comércio mais rendoso da Colônia, mesmo tendo os efeitos da bebida interpretados pelos franciscanos como uma forma de indução ao vício e ao pecado.

Foram os soldados de Irala que trouxeram para Assunção a erva-sagrada dos índios, que logo enfrentou forte oposição dos religiosos que chegavam a excomungar quem sorvesse um único gole da bebida, porque, para os franciscanos, acreditavam ser afrodisíaca e estimulante e, sendo assim, estimularia pecados contra a castidade e a incontinência em geral. A despeito das ameaças de "eterno castigo", foram muitos os que se entregaram abertamente ao uso do mate. As excomunhões foram tantas que os sacerdotes resolveram suspendê-las, sob pena de perder todos os seus fiéis do Novo Mundo (LESSA, 1977 *apud* SOUSA, 2002, p. 23).

As terras indígenas do Sul do atual Mato Grosso do Sul fizeram parte do território colonial espanhol, na metade do século XVI, após as descobertas das minas de ouro e prata no Peru e Potosi (Bolívia) e foram integradas às missões jesuíticas no início do século XVII (LE BOURLEGAT, 2000).

As missões indígenas foram organizadas pelos jesuítas junto às províncias de terras baixas do interior do continente, onde viviam de forma isolada vários grupos indígenas mais primitivos. Eram terras de menor valor, por nelas não ter sido encontrado metais preciosos, por isso, tendo permanecido mais tempo sem colonização (LE BOURLEGAT, 2000, p.71).

A docilidade do guarani para aceitar mais facilmente a catequização e sua estruturação em aldeias relativamente estáveis em função da prática agrícola foram as variáveis que mais contribuíram no aldeamento de nativos de nação guarani nas estruturas missioneiras dos jesuítas (LE BOURLEGAT, 2000).

As Missões de Itatim foram fundadas a partir de 1631, na então Província do Paraguai, constituídas especialmente após o ataque dos bandeirantes às missões de Guairá (1628). Estas estavam limitadas, a leste pela Serra de Amambaí, a oeste pelo rio Paraguai, ao sul pelo rio Apa e ao norte pelo rio Taquari (SOUSA, 2002). As nações indígenas que ali habitavam eram chamadas *Itatines*, nem todas fossem vinculadas ao tronco guarani.

Na região do Itatim os ervais nativos da Serra de Maracaju eram os mais extensos, além dos povoados de Xerez, Ipané, Guarambaré e missão de Santo Inácio de Caaguaçu (Idem, 2002). Em meados do século XVI até 1632, a extração de erva-mate já havia se transformado na atividade econômica mais importante da Província de Guairá<sup>1</sup>, com o período mais próspero entre 1639 e 1647 (Idem, *ibidem*).

Os indígenas guaranis missioneiros orientados pelos jesuítas foram os primeiros a iniciar o cultivo da erva-mate, no século XVII, oportunidade em que tais nativos conseguiram se aprofundar no conhecimento do sistema vegetativo da planta, assim como aprimorar e disseminar o uso da bebida entre os colonizadores espanhóis (MAZUCHOWSKI e RUCKER, 1993).

Naquele período, o abuso dos *encomenderos* na exploração da mão-de-obra indígena visando extração da erva-mate havia se constituído em motivo de uma mortalidade descontrolada, contribuindo para a redução da população de nativos assim como para levantes de indígenas revoltados (OLIVEIRA, 2003). Indignados perante essa situação, os padres jesuítas acabaram por se contrapor à escravatura indígena propiciada pela colonização espanhola (SOUSA, 2005).

Bandeirantes paulistas promoveram a destruição das missões do Itatim em 1659. Os indígenas e padres se dispersaram, vendo-se forçados a se deslocarem para o Sul do rio Apa, embora alguns indígenas tenham se embrenhado nas florestas regionais de mais difícil acesso (SOUSA, 2005).

### **A grande empresa ervateira na comercialização com a Argentina**

Após a Guerra contra o Paraguai, Argentina saiu com vantagens e sua economia foi dotada de grande dinamismo, mediante alianças comerciais mantidas com a Inglaterra. A Argentina se notabilizou como principal país abastecedor europeu de trigo, lã e carnes congeladas, assim como de charque para o Brasil, período caracterizado como a “era de ouro” argentina. Buenos Aires acabou se tornando a maior cidade da América Latina e um importante centro de consumo de erva-mate (LE BOURLEGAT, 2000). O uso do barco a vapor nos rios da Bacia do Rio da Prata contribuiu para dinamizar as trocas comerciais dos portos platinos e ampliou suas hinterlândias. A área de influência do porto de Conceição, no Paraguai, dinamizada pelos negócios da erva-mate, induziu iniciativas brasileiras em ervais nativos das antigas Missões do Itatim, mediante terras concedidas pelo governo do Império.

Thomas Laranjeira, voluntário da Guerra do Paraguai e um dos brasileiros responsáveis pelo abastecimento dos integrantes da Comissão de Demarcadores de Limites entre o Brasil e Paraguai entre 1870-74, junto ao porto de Conceição no

Paraguai, segundo Le Bourlegat (2000), ao se notificar da existência e qualidade dos extensos ervais do atual sul de Mato Grosso do Sul, iniciou a atividade de produção e comercialização de erva-mate cancheada em terras concedidas pelo governo imperial.

Associou-se, para esse fim, ao comerciante português Francisco Mendes Gonçalves, na Argentina, montando a sede da extração em Concepción e unidade de beneficiamento em Buenos Aires, com a primeira concessão de terras no Brasil, junto ao governo imperial, em 1882 (LE BOURLEGAT, 2000, p. 195).

No final do século XIX, num ambiente de pós-guerra, em Mato Grosso do Sul, na época sul de Mato Grosso, os habitantes viviam os reflexos de uma crise econômica de âmbito nacional e de esvaziamento demográfico, tendo apenas o gado bovino como fonte de comércio (LE BOURLEGAT, 2000). O extremo sul era habitado pelos indígenas remanescentes, especialmente de origem guarani, em cujas consciências os limites entre os Estados nacionais do Brasil e Paraguai nunca existiram (Idem, 2000). Com o mercado aberto à erva-mate pela Argentina e a presença da iniciativa empresarial de Thomas Laranjeira, a atividade ervateira ganhou novo dinamismo, implicando em profundas transformações nas relações produtivas e existenciais desse subespaço fronteiriço.

No entanto, em 1884, a concessão de terras devolutas no país passou a ser atribuição dos governos estaduais e a erva-mate o alvo de interesse econômico da oligarquia cuiabana. Com a promessa de garantir politicamente as concessões de terra, o governador constituiu o Banco Rio e Matto Grosso, que ficou com 96% das ações da empresa Mate Laranjeira (ARRUDA, 1986). Nessa época, ela foi considerada uma das maiores arrendatárias de terras devolutas do Brasil, com cerca de cinco milhões de hectares de terras arrendadas sob seu domínio (Idem, 1986). Desse modo, transferiu-se a sede de Conceção para Porto Murtinho. Foi aparelhado ali o novo porto no Rio Paraguai com barcos a vapor e outras embarcações<sup>2</sup>, ao mesmo tempo em que obteve terras para ali estruturar a cidade, como empreendimento do Estado (Idem *ibidem*).

A partir de 1893, o extremo sul do Estado também se transformou em área de penetração de migração gaúcha, fuga da Revolução Federalista (GRESSLER, VASCONCELOS, 2005). Esses migrantes recém-chegados se interessaram pelo negócio ervateiro e passaram a disputar com a grande empresa a concessão de posse de terras devolutas para a prática da pecuária e a extração da erva-mate.

Como consequência da crise nacional de escassez de crédito e da falência do Banco Rio e Matto Grosso, em 1904, a empresa “Francisco Mendes e Cia”, localizada em Buenos Aires e da qual fazia parte Thomaz Laranjeira, passou a ser a principal acionista, alterando a razão social para “Laranjeira Mendes e Cia” (SEREJO, 1986). Em 1909, o comércio da erva-mate se deslocou de Porto Murtinho para Porto Mendes, junto ao rio Paraná, induzindo a concentração da economia ervateira para o Sudeste de Mato Grosso do Sul (AQUINO, 1986).

Nesse período, a grande empresa ervateira já havia construído duas cidades - Campanário e Guaíra - a primeira no extremo Sul do então Estado de Mato Grosso e a segunda na margem esquerda do rio Paraná (ARRUDA, 1986). Também havia construído uma ferrovia de 22 quilômetros em Porto Murtinho e outra entre Guaíra e Porto Mendes com pouco mais de 50 quilômetros. A empresa ainda dispunha de vários outros bens, tais como oficinas, serrarias, carpintarias e 900 carretas de boi, um rebanho de 18 mil bois de transporte, além de hospital, escola, farmácia, armazém, luz elétrica, telefone, 180 chatas embarcações auxiliares, 37 lanchas, 55.000 reses, 1.700 burros, 20 rebocadores, 2.500 animais cavалares e inúmeros veículos movido a gasolina (SEREJO, 1986).

A grande empresa imobilizava preferencialmente, segundo Serejo (1986), mão-de-obra guarani, uma vez que grande parte desses indígenas habitava o Paraguai e conhecia a atividade extrativista, desde o corte da planta até o cancheamento. A mão-de-obra de natureza mais estável era aquela dotada de maior habilidade em operações consideradas estratégicas no processo produtivo. Ganhava destaque, nesse sentido, o “norteador”, o “uru” e o “cancheador”. O primeiro apresentava habilidade para o reconhecimento do erval pronto para a extração. O “uru” detinha o conhecimento sobre a secagem no barbaquá, enquanto o “cancheador” conhecia o processo de trituração da folha. A mão-de-obra de rotatividade mais alta - “changueador” ou “minero” – destinava-se aos trabalhos mais pesados e arriscados, tais como subir em árvores para o corte dos ramos, realizar o sapeco, ou então transportar fardos pesados de erva até o local de secagem. Os “changuecedores” eram imobilizados entre as nações teis e kaiowas, chamados “índios errantes” por cruzarem facilmente as fronteiras entre Brasil e Paraguai, além dos segmentos mais idosos da população local (SEREJO, 1986).

A unidade de produção era o “rancho ervateiro” do qual fazia parte os ranchos de sapé (Figura 1) destinados à moradia dos trabalhadores e o *barbaquá* (Figura 2)

principal unidade construtiva utilizada para o cancheamento da erva (Idem, 1986). O trabalho funcionava mediante relações de peonagem, de natureza semifeudal. Essa relação era mediada pelo capataz “habilitado”, pessoa de confiança da empresa, na condição de subempreiteiro (ARRUDA, 1986). Cabia a ele contratar e pagar os trabalhadores, assim como administrar o rancho e controlar a produção, almoxarifado e o depósito. Este contava com apoio de um “mayordomo”, o almoxarife responsável pela distribuição de mantimentos.

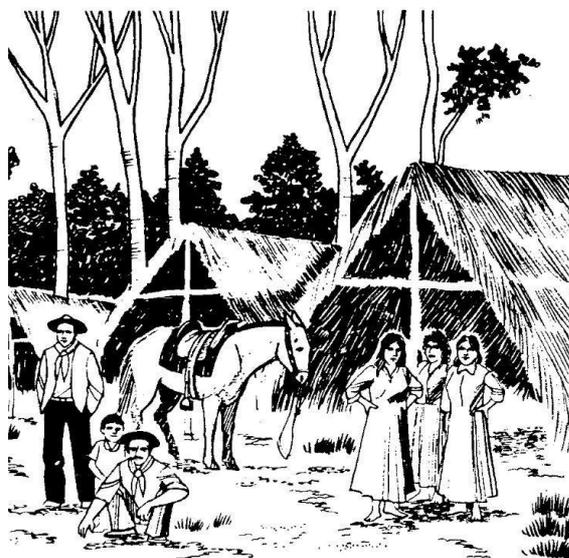


Figura 1 Ranchos na Ranchada Ervateira  
Fonte: Hélio Serejo, 1987

No *barbaquá* (Figura 2), de acordo com Arruda (1986), se procedia à secagem da erva. Consistia num galpão feito de taquaras entrelaçadas cobertas por bambus, folhas de palmeira ou até mesmo por telhas. O galpão cobria um buraco feito no solo, boca (*cañonera*) de um conduto subterrâneo (*cañon*) a uma distância média de 5 metros, cuja extremidade oposta era alimentada por fogo constante.

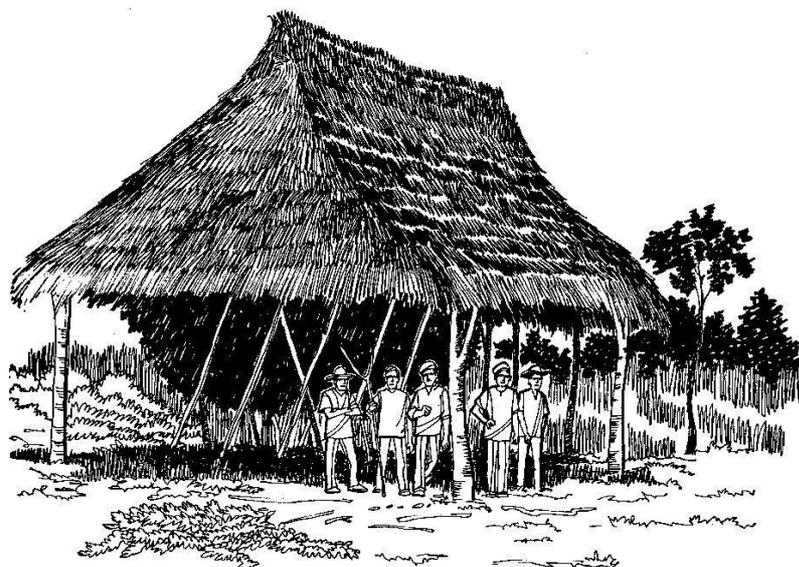


Figura 2 **Barbaquá como local de secagem da erva**  
Fonte: Hélio Serejo, 1987

O transporte até os centros de comercialização era geralmente feito pela “carreta-corá” (Figura 3) acompanhada de um conjunto de homens para garantir sua segurança.



Figura 3 **Carreta-Corá utilizada no transporte da erva cancheada**  
Fonte: Hélio Serejo, 1987

O trabalho na ranchada ervateira iniciava-se, segundo Serejo (1986), com o *monteador*, este quase sempre acompanhado de um cachorro (*jaguá*). Era encaminhado pelo capataz da administração (comissário) para reconhecer um “erval povoado”, ou seja, a *arboleda* - conjunto de plantas apropriadas para a extração- e delimitar a “faixa de trabalho” ou a *tendida*.

O próximo passo era encaminhar os *mineros*, peões do erval (Figura 4) para as operações de corte (*tini*), *sapeco* na trincheira e transporte dos ramos até o barbaquá. Os *mineros*, segundo Serejo (op.cit.), deveriam apresentar habilidade para subir em árvores de até 6 metros de altura e sustentar-se em galhos fracos. Poderiam fazer até duas viagens num dia.



Figura 4. **Peão do erval**  
Fonte: Hélio Serejo, 1987

Logo depois do corte feito de cima para baixo com uma foice, o ramo era colocado com cuidado no solo para não sofrer machucaduras. Em seguida, o ramo da erva precisava sofrer um *sapeco* (*overeo*) ou tostagem de 25 a 30 segundos com apoio de uma *trincheira* – fogo produzido por paus roliços retos em forma de parede e apoio de pedras. Essa operação feita para evitar que a planta perdesse seu tom natural se dava junto do erval (Figura 5). Para garantir a qualidade desejada da erva, era ainda importante produzir um fogo com lenha que não produzisse fumaça.



Figura 5 **Prática do sapeco da erva na *trinchera***  
Fonte: Hélio Serejo, 1987

Em seguida, os ramos eram organizados em feixes ou *arrastras* e posteriormente enrolados em tiras de taquara, constituindo o *raído*. Pesava, geralmente, entre 150 e 250 quilos cada um e era carregado nas costas pelo “mineiro” (Figura 6).



Figura 6 **Minero carregando *raído***  
Fonte: Hélio Serejo, 1987

A fase seguinte constava da secagem no *barbaquá*, operação que exigia grande conhecimento, praticada pelo barbaquazeiro ou *uru*. O *barbaquá*, propriamente dito, dentro do galpão onde as folhas eram colocadas para uma secagem lenta de até 12 horas, constituía-se de varas finas e flexíveis sustentadas por 11 paus roliços (*golero*). A

fornalha do conduto podia ter até 7 bocas, dependendo do volume de erva para secagem. A produção do fogo era feita com madeira especial para não produzir fumaça, sob pena de decomposição da erva. O ponto de calor era o conhecimento mais importante dentro dessa unidade produtiva, pois garantia a qualidade da erva. O *uru*, que conhecia esse processo, ia-se utilizando de uma vara para virar de forma conveniente e no tempo certo as folhas.

Depois de secas, as folhas iam para o cancheamento, ou seja, para a fase da fragmentação (Figura 7). Esse processo, feito pelo “cancheador” era obtido em chão firme, no qual as folhas eram batidas violentamente com um facão de madeira (*aporreador*) de forma a reduzi-las por quebra a até um quinto de seu volume inicial.



Figura 7 Cancheamento da erva-mate  
Fonte: Hélio Serejo, 1987

Parte da erva passava ainda por uma grande peneira para *sarandear*, obtendo-se assim um produto mais fino e padronizado. Depois de cancheada, a erva-mate passava pelo ensacamento (*ataqueio*).

Diferente da Missão Jesuítica, o trabalho na grande empresa ocorria num ambiente de falta de liberdade do ervateiro. Os trabalhos realizados, assim como os gastos do armazém, eram anotados diariamente pelo administrador do rancho numa caderneta. Acabou se tornando prática comum a manipulação dessas contas, por meio de majoração do preço dos produtos de consumo (ARRUDA, 1986). Desse modo, o trabalhador ficava numa situação de dependência contínua por dívida ao armazém,

numa espécie de escravidão (GUILLEN, 1991). Se tentasse fugir era perseguido pela polícia da empresa, o *comitivero*. Além dos “policiais” dos ervais, na recaptura dos trabalhadores fugidos dos ervais a empresa contava com o auxílio de autoridades locais e de coronéis armados. Na falta de opções, o trabalhador acabava sendo obrigado a submeter-se às duras condições de trabalho nos ervais (SEREJO, 1987).

No entanto, aqueles que conseguiam ficar livres dessas relações de trabalho preferiram o engajamento no contrabando de erva-mate (SEREJO, 2008). Emergiu desse modo na fronteira uma rede de clandestinidade, formada pelos *changa-y*<sup>3</sup>, posseiros, pequenos proprietários e comerciantes que não aceitavam o monopólio da exploração da erva-mate pela Companhia. Esta situação de resistência trouxe confrontos entre a grande empresa e novos extrativistas no acesso às terras devolutas concedidas pelo governo (ARRUDA, 1986). O sul de Mato Grosso, por mais de 30 anos, acabou sendo marcado por esses conflitos de posse legal de terras na extração da erva-mate (GUILLEN, 1991).

O dinamismo nos negócios da erva-mate, conforme lembra Serejo (1986), atraiu interesse também de outras empresas platinas de comercialização de erva-mate, a maior parte das vezes por métodos clandestinos.

O domínio do capital argentino nos negócios da erva-mate e a presença desse comércio clandestino no então sul do Estado de Mato Grosso tornaram-se motivo de preocupação da União. Uma das estratégias foi implantar a Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), inaugurada em 1914, ligando o território ervateiro aos portos do oceano Atlântico, por meio de um ramal de ligação com esse subespaço ervateiro da fronteira. A partir de 1915, o governo federal limitou a área de concessão à empresa argentina para 1.440.000 hectares, dividiu e colocou à venda as áreas remanescentes em lotes de 3.600 hectares (ARRUDA, 1986).

Apesar disso, a produção da erva-mate teve continuidade, com auge até 1920, oportunidade em que a empresa ervateira de capital argentino chegou a contar com uma receita financeira maior do que a do então todo o Estado do Mato Grosso (ARRUDA, 1986). A fase de decadência coincidiu com o período recessivo do capitalismo industrial, entre 1921 e 1948, implicando na redução do mercado europeu, com impactos na economia platina, na época liderada pela Argentina e pelo Uruguai (LE BOURLEGAT, 2000).

Nesse mesmo período, o Brasil, em aliança com os bancos norte-americanos iniciou uma política de modernização industrial, conduzida por um projeto desenvolvimentista do chamado “Estado Novo”. Ao conquistar novamente a vanguarda da industrialização, passou a exercer maior peso no equilíbrio de forças no âmbito dos países platinos, momento em que procurou fortalecer a integração das economias regionais ao novo pólo industrial de São Paulo, assim como proteger as zonas de fronteira em relação aos países platinos (Idem, 2000).

Nesse período, na fronteira Oeste brasileira, o monopólio da empresa Mate-Laranjeira constituía a questão mais crítica na segurança da fronteira. Uma das políticas do governo federal do “Estado Novo” com impactos negativos nos negócios dessa grande empresa foi a criação de imposto de exportação de erva-mate, já que essa medida tornou a atividade menos competitiva junto ao mercado consumidor argentino e, por seu turno, a Argentina também havia optado por ampliar sua produção de erva-mate (PAVÃO, 2005). Outra política de âmbito federal impactante foi a da nacionalização de empresas na “faixa de fronteira”, esta foi instituída numa largura de 150 pela Constituição Federal de 1937, por meio do artigo 165. É preciso lembrar ainda que a integração da produção da faixa de fronteira – ainda considerada sertão<sup>4</sup> - ao centro de dinamismo industrial, em 1938, na conhecida política da “Marcha para o Oeste” também representou mais uma forma de enfraquecimento da empresa argentina nos negócios da erva-mate (LENHARO, 1985).

Por fim, em 1941, o Governo federal recusou a renovação do contrato de arrendamento de terras com a empresa Mate-Laranjeira (ARRUDA, 1997) e em 1943, instituiu no sul do Estado, o Território Federal de Ponta Porã<sup>5</sup> e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Foi um modo de forçar a finalização do contrato de concessão de terras da Companhia Mate-Laranjeira com o Estado que, efetivamente só ocorreu em 1947, quando a Mate-Laranjeira suspendeu os serviços de exportação e navegação fluvial nos rios da bacia do Paraná até o Porto Guaíra (LE BOURLEGAT, 2000).

### **Territorialidade da produção erva-mateira nas pequenas propriedades familiares das áreas de colonização**

Em 1948, os trezentos mil hectares de terras no Sul do então Mato Grosso reservados pelo governo federal, destinados a colônias agrícolas em zonas de fronteira,

foram demarcados com apoio do governo estadual por colonizadoras de iniciativa privada. Houve assim a fragmentação das antigas áreas de concessão ervateira, permanecendo as atividades de extração basicamente na zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e nas áreas de mata em desbravamento (FIGUEIREDO, 1968). Em 1949, foi constituída pelo governo federal a Colônia Marechal Dutra, no então município fronteiro de Ponta Porã, junto a uma das saídas para o Porto de Conceição, área onde iniciou e era ainda considerada de maior importância na exportação da erva-mate da época (LE BOURLEGAT, 2000).

As terras loteadas em forma de pequena propriedade foram sendo vendidas a produtores familiares, especialmente da frente migratória de gaúchos já presentes desde o final do século XIX e do fluxo de nordestinos, paulistas, paranaenses, incentivado por políticas da União (Idem, 2000).

Os novos ervateiros em pequenas propriedades familiares nas colônias agrícolas passaram a se organizar num processo paralelo ao da formação de fazendas de criação de gado. Desse modo, a erva-mate tornou-se atividade característica de pequenas propriedades da mata, enquanto o gado bovino passou a estar vinculada às propriedades maiores e em áreas de campo (FIGUEIREDO, 1968).

Diante do declínio geral da exportação ervateira na década de 20, os produtores familiares de erva-mate, a exemplo de outros Estados produtores do Sul do país, foram incentivados por políticas federais a se organizarem em cooperativas de produção e comercialização do mate. Foi constituída nessa época a Federação das Cooperativas de Mate de Amambai e mais três outras cooperativas (Idem, *ibidem*).

O “Instituto Nacional do Mate (INM)”, criado pelo governo federal em 1938 e reorganizado em 1946, foi responsável pela ordenação e regulação do setor. Exigia o cadastramento de todos os participantes do negócio ervateiro e o órgão funcionava mediante participação dos representantes dos vários segmentos, desde a produção, industrialização e exportadores de mate dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e do Território de Ponta Porã. O INM contribuiu com a padronização dos produtos de comercialização, tanto para o consumo interno como para exportação.

É preciso lembrar, que a produção das pequenas propriedades familiares sempre atraiu as várias empresas compradoras platinas e esse processo continuou, mesmo com as políticas do projeto desenvolvimentista orientando a produção para as principais vias de

comunicação em direção aos portos marítimos brasileiros (LE BOURLEGAT, 2000). Tais empresas compradoras só se afastaram diante do arrefecimento do dinamismo da economia argentina entre os anos 20 e 60 do século XX, dificultando a importação da erva-mate.

No final dos anos 60, a Argentina se tornou autossuficiente no abastecimento do próprio consumo de erva-mate e deixou de realizar compras no Brasil. O cancelamento do contrato comercial pela Argentina representou um forte golpe na economia ervateira do então estado de Mato Grosso, resultando numa profunda decadência nessa atividade (PAVÃO, 2005 e ARRUDA, 1997). Os municípios de Ponta Porã e Amambai, foram os que mais se ressentiram, uma vez que a atividade ervateira representava a base de suas receitas internas (FIGUEIREDO, 1968).

Nesse processo, aos produtores remanescentes da fronteira Sul do atual Mato Grosso do Sul restou o abastecimento do mercado interno brasileiro. Mediante fechamento do Instituto Nacional do Mate em 1967, a política cooperativista local não foi suficiente para garantir um mercado do mesmo porte que o anterior. Como o processamento sempre se limitou ao cancheamento para atender o mercado argentino, não houve interesse em se avançar para a fase seguinte da industrialização no atendimento ao consumo regional. As unidades de beneficiamento foram perdendo a capacidade de se abastecer de matéria-prima interna, na medida em que a atividade de produção da erva foi se arrefecendo (PENTEADO, 1995).

Figueiredo (1968) ao mapear a produção da erva-mate em 1964, notificou uma área nuclear restrita apenas à extrema fronteira Sudoeste (Ponta Porã, Amambai). O arrefecimento do lado do Sudeste do Estado coincidia mais nas áreas de colonização promovidas por empresas particulares (SOMECO, Moura Andrade, BATA). Remanesceram nessas unidades do Sudeste apenas uma produção ocasional da erva-mate e algumas unidades voltadas ao beneficiamento, no atendimento do mercado paulista. O mercado regional da fronteira Sul passou a ser abastecido, com complemento dos produtores do Paraná e Santa Catarina.

A partir de então, foi ficando visível a desvantagem da economia ervateira em relação a outras culturas agrícolas comerciais que foram se introduzindo no cenário econômico do atual Mato Grosso do Sul - como soja, milho e outras - ao lado da criação de gado. Mediante avanços da fronteira agrícola na década de 70 no sul de Mato Grosso do Sul, a erva-mate passou a dar lugar, principalmente, às culturas de soja e trigo.

Nos anos 80, as produções do Paraná e Santa Catarina já haviam suplantado aquelas de Mato Grosso do Sul. Juntos, quando aqueles dois Estados chegaram a representar três quartos da produção nacional (DA CROCE, 1996).

Mais recentemente, o mercado de consumo internacional de erva-mate passou novamente a se ampliar, atingindo mercados fora do continente sul-americano. O hábito de consumo do chá de erva-mate foi introduzido em países árabes, como a Síria e o Líbano, que se tornaram importadores. Além disso, surgem consumidores interessados na erva-mate como matéria-prima industrial (EUA, Espanha, Japão, Alemanha, Austrália), com destaque para Alemanha e Espanha, mercados em franca expansão. O mercado interno brasileiro de consumo também reaqueceu, com uma demanda de bebida com erva de sabor mais suave, obtida no cultivo à sombra.. A ampliação do consumo vem permitindo que a erva-mate, atualmente, consiga ser comercializada de várias maneiras: cancheada, beneficiada, solúvel e em forma de extrato/essência/concentrado.

Na década de 1990, na busca de melhoria da qualidade da matéria-prima para novos mercados de bebida suave, que exigem o cultivo à sombra, vêm emergindo no Brasil iniciativas de cultivo de erva-mate consorciado a outras espécies florestais, ou até mesmo a culturas anuais. Mas essas inovações têm sido mais frequentes nas propriedades ervateiras da região Sul do país.

Mato Grosso do Sul vem apresentando crescente redução da quantidade de erva produzida ao longo dos anos, originária principalmente do extrativismo vegetal. A redução da produção deste Estado foi mais drástica a partir de 2004. Mato Grosso do Sul, de acordo com o IBGE, colocou-se em quarto lugar em 2009, com apenas 0,16% da produção brasileira de erva-mate. Cinco Municípios ainda se destacam pela quantidade produzida e por apresentar uma produção contínua: Amambai, Aral Moreira, Iguatemi, Ponta Porã e Tacuru.

As unidades de beneficiamento da erva-mate, por estarem diretamente vinculadas a grandes comerciantes e redes de supermercados tendem à modernização do processo produtivo e do produto e procuram se aproximar dos mercados urbanos de maior consumo dentro do Estado. Num outro viés, as unidades ervateiras não estão se adequando às exigências desse novo mercado. Em função disso, as unidades de beneficiamento, segundo Salvatierra (2009), estão preferindo se responsabilizar diretamente pela coleta na propriedade dos fornecedores e a contratar tarefeiros para o

---

corte e carregamento, como também a se responsabilizar pelos custos do transporte. Há inclusive aquelas unidades de beneficiamento que arrendam áreas de ervais para explorá-las diretamente. Os custos e os resultados dessa operação não têm sido alentadores. Em função disso, tem sido freqüente a beneficiadora local optar por buscar a erva junto às propriedades rurais de Estados sulistas, em que vem ocorrendo modernização dos cultivos (SALVATIERRA, 2009).

Nesse processo, passou a ocorrer uma fragmentação produtiva entre os proprietários da terra de erva nativa ou cultivada e os proprietários das unidades de beneficiamento da bebida, numa tendência de ambos se manterem como empreendimentos independentes.

Políticas federais, especialmente por acordos de interesse comum junto aos países vizinhos do Mercosul, voltam-se ao apoio de pequenas propriedades familiares na capacitação para o cultivo e manejo da erva e incentivam seu desenvolvimento por meio de processos econômicos interativos que conduzam ao fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (SALVATIERRA, 2009). Mas ainda existem dificuldades a serem enfrentadas para esse fim. Entre elas está a falta de visão do comércio da erva-mate como novo negócio e o enfrentamento dos altos custos no cumprimento de várias legislações brasileiras de natureza sanitária e ambiental no cultivo (Idem, 2009). Acrescente-se o fato do cultivo da erva-mate estar sendo incentivado junto a novos assentamentos agrários no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, ainda pouco familiarizados com essa natureza de atividade.

É preciso lembrar que o processo de cultivo da erva-mate significa uma das inovações desse subespaço fronteiro, que foi por longo tempo apenas extrativista, processo incentivado pelas unidades de beneficiamento que tendem a se localizar na área urbana. Também ocorreram algumas inovações em outras etapas da atividade ervateira desenvolvida no campo. Como exemplo, pode-se citar a introdução do trator e caminhão no apoio ao transporte da erva, assim como a existência de galpões construídos em alvenaria para o armazenamento de erva cancheada. Mas as inovações mais significativas têm se verificado na fase do beneficiamento por meio de automatização, mediante incentivo de políticas federais.

O beneficiamento da erva-mate nos dias atuais tem-se mostrado mais econômico às médias e grandes empresas (ANTONI, 1999). Mas as unidades de beneficiamento

consistem, em grande parte, em micro empresas, que se esforçam para poder acompanhar os processos de inovação produtiva, diversificação da oferta do produto (tereré, chimarrão, entre outros), fixação de marca e logística de distribuição. Acrescente-se que o Paraguai tomou a vanguarda na produção da erva-mate - tanto no cultivo como no beneficiamento – e a competição com os produtos locais se faz por meio de um comércio ilegal, mais difícil de se combater (SALVATIERRA, 2009). Ainda é preciso acrescentar que a precariedade das vias de circulação e transporte nessa região ainda isolada do Estado tem sido mais uma dificuldade.

Não diferente das pequenas propriedades familiares do Brasil produtoras de erva-mate, no sul de Mato Grosso do Sul, diante da dificuldade de se inserirem no mercado, essas unidades buscam na diversidade da produção agrícola, a fonte alternativa para composição da renda total.

### **Considerações finais**

A erva-mate da fronteira, típica das florestas nativas e de consumo indígena do Sul de Mato Grosso do Sul, teve sua inclusão no circuito comercial, como se pôde apreciar, já no período da colonização espanhola. Foi, no entanto, a organização produtiva em moldes empresariais, associada à exportação para o mercado argentino, prevalente no final do século XIX e início do século XX, quem deixou marcas importantes na história e geografia regional.

As políticas federais durante o Estado Novo e em fase inicial de industrialização, na busca de segurança de faixa de fronteira e de redirecionamento dessa produção a mercados brasileiros, conduziram à retirada da grande empresa, mas não foram tão bem sucedidas no restante dos objetivos. A instalação do ramal ferroviário e a tentativa de fortalecimento de pequenas propriedades familiares via criação de cooperativas e de criação do Instituto Nacional do Mate (INM) não foram suficientes para restabelecer a produção e a comercialização. A região acabou ficando destituída da burguesia que conduzia esse negócio e conhecia bem o mercado e a Argentina desistiu de continuar comprando do Brasil. Por outro lado, o relativo isolamento dessa fronteira Sul de Mato Grosso do Sul em relação às vias de transporte que servem os centros de dinamismo do país, ainda continua sendo uma realidade. Essa situação dificulta a comunicação não só

---

com os mercados consumidores do país e os portos do oceano Atlântico, como com os centros de dinamismo e inovação.

No entanto, Mato Grosso do Sul é o único Estado brasileiro integralmente inserido nas duas bacias hidrográficas da grande Bacia do Rio da Prata, portanto, com acesso mais facilitado por via terrestre aos portos platinos. Acrescente-se a isso o conhecimento e as conexões culturais e comerciais historicamente construídas e sedimentadas na consciência e nas práticas cotidianas da população local transfronteiriça.

A segurança dessa faixa de fronteira ainda é objeto de preocupação da União, que se depara com a pobreza e falta de oportunidade dos habitantes. Além de uma situação vivida de relativo isolamento na comunicação com os centros brasileiros de consumo, exportação e inovação, existe o enfrentamento do comércio clandestino vigente, especialmente o narcotráfico.

É preciso lembrar que a erva-mate (*ilex paraguayensis*) é uma espécie florestal nativa desse território fronteiriço e se engaja no conjunto de produtos florestais não madeireiros, que permite a valorização da floresta, preservando-a em pé, sem destruir a genética das espécies locais. Não só seu cultivo é desejável na recuperação do ambiente natural, manutenção de sua biodiversidade e novas oportunidades de negócio, como todo o conhecimento tácito e a cultura já construídos a respeito desse processo produtivo necessitam ser resgatados.

Frente aos novos mercados em ascensão, as políticas públicas começam a vislumbrar a possibilidade das redes transfronteiriças de comunicação ligadas à economia da erva-mate em contribuir no fortalecimento das pequenas propriedades familiares, num processo de desenvolvimento local. O novo mercado se abre aos subprodutos da planta, com seu alto valor comercial já comprovado por outras pesquisas.

Não se pode esquecer que essa economia rural também rebate na economia urbana, quando nela se estabelecem atividades relacionadas ao seu beneficiamento e/ou comercialização, infraestrutura de serviços, portanto articula campo e cidade.

Ações políticas e econômicas integradas poderiam ser incentivadas mesmo no âmbito transfronteiriço, com apoio binacional. A força territorial pode ser dada pela capacidade sinérgica dos vários segmentos sociais envolvidos em aprender juntos. Essa aprendizagem coletiva envolve não só os atores econômicos (empreendedores e trabalhadores) e também as instituições locais de várias origens (governamentais,

privadas, ONGs). Nesse processo precisam ser valorizados, tanto o saber técnico-científico como o saber tácito existentes a respeito, entendendo-se o último como saber construído historicamente e enraizado no lugar. E precisa haver entre essas duas formas de conhecimento, um amplo diálogo. Trata-se de um processo inteligente de âmbito territorial, no qual os atores podem se tornar cada vez mais aptos a tomarem decisões e inovarem processos de forma adequada às necessidades sociais, culturais e ambientais, num futuro desejado de forma compartilhada.

---

<sup>1</sup>"Província del Guairá" localizava-se entre os rios Paranapanema, Paraná, Iguaçu e a indeterminada linha demarcatória que dividia as terras portuguesas e espanholas, imposta pelo Tratado de Tordesilhas, correspondendo, em área, aproximadamente 85% do atual território ocupado pelo Estado do Paraná.

<sup>2</sup> Consultar a obra "Ciclo da Erva-Mate" em Mato Grosso do Sul (1883-1947) de vários autores, publicados pelo Instituto Euvaldo Lodi, em 1986.

<sup>3</sup> Tratava-se de um ervateiro, que clandestinamente burlava a vigilância de todos, na área de arrendamento da Companhia Mate Laranjeira, para carregar a erva-mate (SEREJO, 1987).

<sup>4</sup> Sertão foi uma categoria usada recorrentemente para designar as terras do interior do Brasil, partindo-se do pressuposto de que se tratava de paragens ignotas e desocupadas. Desintegradas do restante do país, eram tidas como terras que ainda precisavam ser colonizadas.

<sup>5</sup> O Território Federal de Ponta Porã abrangeu os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Dourados, Maracaju, Bonito e a capital em Ponta Porã.

## Referências

ANTONI, V. L. A estrutura competitiva da indústria ervateira do Rio Grande do Sul. **Teoria e evidência econômica**. Passo Fundo, v. 7, n. 12, p. 49-68, maio, 1999.

AQUINO, Rubens. **Tereré**. In: Instituto Euvaldo Lodi. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: IEL. 518 p. p. 311-386, 1986.

ARRUDA, G. Heródoto. In: Instituto Euvaldo Lodi. **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. Campo Grande: IEL. 518 F. p. 195-310 (Coleção Histórica. Coletânea), 1986.

ARRUDA, G. **Frutos da terra**. Os trabalhadores da Matte Laranjeira. Londrina: Editora UEL, 1997. 142 F.

BARBOSA, Maria Lúcia V. **América Latina**: em busca do paraíso perdido. São Paulo: Saraiva, 1995. 443 f.

DA CROCE, D. M. Cadeia Produtiva da erva-mate em Santa Catarina. Chapecó: EPAGRI, 1996. 35 f.

DA CROCE, D. M.; FLOSS, P. A. **Cultura da erva-mate no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 1999. 81 f.

FIGUEIREDO, A. A presença geoeconômica da atividade ervateira. 1968. 436 f. Tese (Doutorado). USP/ São Paulo, 1968.

GADELHA, Regina M. F. **As missões jesuíticas do Itatim**: um estudo das estruturas sócio- econômicas coloniais do Paraguai (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 342 f.

GRESSLER, L. A., VASCONSELOS L. M. Mato Grosso do Sul. Aspectos históricos e geográficos. Dourados: Gráfica L. Gressler, 2005. 41 f.

GUILLEN, I. C. M. O imaginário do Sertão. Lutas e Resistências ao Domínio da Companhia Matte Laranjeira. Mato Grosso, 1890-1945. 1991. 392f. Dissertação (Mestrado), UNICAMP/ Campinas, 1991.

JESUS, L. C. Erva-mate: o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado), UFMS/ Campo Grande, 2004.

LE BOURLEGAT, C. A. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço temporais. 2000. 430 f. Tese (Doutorado). UNESP/ Presidente Prudente, 2000.

LESSA, B. **História do chimarrão**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1953. 120 f.

LENHARO, A. **Colonização e Trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Unicamp, 1985. 99 f.

LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969. 522 f.

|   |
|---|
| Recebido em 26/05/2011<br>Aceito para publicação em 05/01/2012. |
|---|